

ENTRE A PROFISSÃO E O CUIDADO DOS(AS) FILHOS(AS): VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO E SATISFAÇÃO POR MULHERES EGRESSAS DA LICENÇA MATERNIDADE

BETWEEN THE PROFESSION AND THE CARE OF CHILDREN: EXPERIENCES OF SUFFERING AND SATISFACTION BY WOMEN WHO HAVE LEFT MATERNITY LEAVE

Cristiano de Jesus Andrade¹
Hilda Rosa Capelão Avoglia²
Luci Praun³

RESUMO: Este estudo teve por objetivo analisar vivências de prazer e sofrimento experimentadas por mulheres egressas da licença maternidade. Adotou-se como método a pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com recorte transversal, avaliando 13 participantes, concursadas na área da educação no sul de MG. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, em que os conteúdos obtidos foram analisados a luz da psicodinâmica do trabalho e da teoria de gênero. Como resultados, compreendeu-se que as mulheres predominantemente, experimentaram sentimentos de sofrimento após o fim da licença maternidade, porém não por temer o trabalho, mas por separarem, ainda que temporariamente, de seus filhos. As vivências de prazer também foram identificadas, porém em um nível menor, já que o número de participantes que as abordaram é inferior as que demonstraram sofrer.

Palavras-chave: Trabalho e maternidade. Relação mãe-filho. Psicodinâmica do trabalho. Trabalho e gênero.

ABSTRACT: This study aimed to analyze experiences of pleasure and suffering experienced by women who have completed maternity leave. The method adopted was a qualitative research, a cross-sectional case study, evaluating 13 participants who had been hired in the education sector in southern Minas Gerais. Semi-structured interviews were used, in which the content obtained was analyzed in light of the psychodynamics of work and gender theory. As a result, it was understood that women predominantly experienced feelings of suffering after the end of maternity leave, but not because they feared work, but because they were separated, even temporarily, from their children. Experiences of pleasure were also identified, although to a lesser extent, since the number of participants who addressed them was lower than those who demonstrated suffering.

Keywords: Work and motherhood. Mother-child relationship. Psychodynamics of work. Work and gender.

¹Doutor e mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista. Professor do UNIFAE e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo.

²Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas e do Programa Stricto Sensu em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos.

³Doutora e mestre em Sociologia pela Unicamp, com estágios pós-doutorais em Ciências Sociais, na Unifesp, e em Sociologia, na Unicamp. Graduada em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pelo CUFA. Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva. Integra o corpo de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC.

I INTRODUÇÃO

Buscando compreender os fenômenos inerentes a maternidade, autores como Miranda (2020), Silva e Souza (2021), Silva e Novais (2023) e Weiss e Baggio (2023), desenvolveram estudos nos quais enfatizam a relação mãe-bebê.

Mesmo já se tendo conhecimento de que não raramente o fim do período de licença maternidade tende a desencadear nas mulheres diversos tipos de sofrimento psíquico (Andrade; Praun; Avoglia, 2018; Andrade; Pereira; Baccelli, 2024; Santiago, 2022), ainda hoje poucas são as referências que tratam sobre os conflitos e sofrimentos experimentados pela mulher frente à necessidade de retornar às atividades profissionais e o desejo, não alheio à responsabilização social que lhe é associada, de se dedicar integralmente aos cuidados do(a) filho. Essas vivências podem desencadear perdas na relação mãe-bebê, pois o bem-estar da mulher também é condição fundante para o estabelecimento de situações favoráveis à saúde mental e ao desenvolvimento da criança e de sua mãe (Lago, 2023).

Buscando contribuir com a lacuna existente sobre essa temática no âmbito acadêmico, este artigo se propõe a refletir sobre os sentimentos experimentados por mulheres frente ao retorno ao trabalho após a licença maternidade. Busca-se compreender os sentimentos vivenciados por treze mulheres, servidoras públicas do setor da educação, quanto à separação de seus filhos(as) recém-nascidos, ocasionada pelo retorno ao seu posto profissional, e suas mediações com representações sociais que vinculam a maternidade à idealização “da mãe protetora” comprometida com os cuidados (Vásquez, 2014, p. 169) e amor ao bebê.

O foco do artigo no contexto do fim da licença-maternidade ressalta contradições e conflitos que se desdobram de vivências sociais coconstituídas: trabalho de reprodução social, sentidos atribuídos à maternidade, e inserção em atividades laborais remuneradas (Bhattacharya, 2023). Essa aparente separação de esferas, seus lastros nas atribuições de responsabilidades diferenciadas entre homens e mulheres, demonstra-se fundamental para a compreensão dos sentimentos vivenciados pelas entrevistadas.

Justifica-se, portanto, a reflexão proposta pelo artigo como necessária não apenas por ampliar o conhecimento sobre a complexidade da relação mãe-bebê, mas também para que futuros estudos possam lançar luz sobre os conflitos que envolvem o retorno à rotina laboral, suas repercussões no desenvolvimento desta relação e suas implicações diversas para a mulher e sua saúde mental.

Tal como destaca Scavone (2001, p. 145), “a realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que, nas responsabilidades parentais, ainda são elas as mais sobrecarregadas”. Compreendida em suas distintas dimensões, a maternidade constitui-se em prática social que enseja e articula relações complexas, internas e externas à família, privadas e públicas, e que também remetem a demandas por direitos sociais e do trabalho.

Lopes, Alfaya, Machado e Piccinini (2005) salientam que, de fato, a chegada de um bebê interfere de forma significativa e particular na vida da mulher. Diante das funções e expectativas sociais a ela reservadas, reafirmadas frente à maternidade, as atividades profissionais tendem a ser postas em segundo plano. Maternidade e atividade profissional, dessa forma, tendem a se apresentar de forma dicotômica, potencializando processos de sofrimento (Andrade; Praun; Avoglia, 2020).

É possível afirmar que, tanto formas de prazer quanto de sofrimento entram no jogo das relações implicadas no retorno ao trabalho, ainda que se apresentem de maneira diferenciada na vida de cada mulher trabalhadora (Andrade; Praun; Avoglia, 2018).

Pesquisas anteriores associaram sentimentos de prazer à meios de valorização pessoal, à identificação com a atividade profissional desenvolvida, ao sentido positivo que trabalhar pode gerar frente às possibilidades de se estabelecer relacionamentos sociais, assim como de associação entre inserção profissional e sentir-se socialmente atuante e produtiva (Garcia; Viecili, 2018; Santiago, 2022).

Quando associado ao sofrimento, o retorno ao trabalho remunerado remete comumente à relatos que mencionam a culpa por deixar o bebê sob os cuidados de outros, o temor por não mais ser amada pelo(a) filho(a), a angústia de não equacionar as demandas da vida profissional com as da vida pessoal e familiar, a fantasia de que desaprendeu a realizar suas atividades no tempo em que esteve afastada do trabalho (Santiago, 2022). Se não acolhidas e acompanhadas, as queixas que remetem aos sofrimentos podem se cronificar, transformando-se em adoecimento, já que quando não tratado, conforme salienta Dejours (2012a), o sujeito que sofre tende a adoecer.

Diante destas considerações, este estudo tem por objetivo analisar, a partir de relatos de pesquisa, os sentimentos de prazer e sofrimento de mulheres frente ao retorno ao trabalho remunerado após a licença maternidade, bem como refletir sobre de que forma estas vivências podem implicar em sua saúde mental.

2 MÉTODO

Para se alcançar os objetivos propostos, foram utilizados os princípios metodológicos da pesquisa descritiva-qualitativa, do tipo estudo de caso, com recorte transversal. Trata-se de um método abrangente de investigação empírica que compreende a lógica do planejamento, a técnica de coleta e a análise dos dados (Yin, 2005).

2.1 PARTICIPANTES

A escolha das participantes foi deliberada de uma amostra determinada, com características definidas (Turato, 2003). Foram entrevistadas treze mulheres, servidoras públicas concursadas, trabalhando em uma prefeitura situada no sul de Minas Gerais, sendo que todas atuam em centros de ensino pertencente à Secretaria Municipal de Educação do município. Foram entrevistadas: duas professoras (uma atuante no ensino fundamental e outra no ensino médio), duas supervisoras pedagógicas, duas berçaristas, duas merendeiras, uma auxiliar de serviços gerais, duas auxiliares de educação inclusiva, e duas auxiliares de desenvolvimento infantil.

A idade das participantes variou entre 30 e 44 anos, sendo todas nascidas no Estado de Minas Gerais. Dez entrevistadas se autodeclararam brancas, duas declararam-se pretas e uma parda. Todas casadas, tendo entre um(a) e três filhos(as). Da totalidade, nove assinalaram ser mães de dois filhos(as) (secundíparas); três afirmaram ter gerado três filhos(as) (múltiparas); uma declarou ser mãe de apenas um filho(a) (primípara).

Quanto a religião, dividem-se em católicas (7) e evangélicas (6). No tocante à escolaridade, cinco concluíram o ensino superior; quatro tinham ensino superior com Pós-Graduação *Lato Sensu*; três possuíam ensino médio completo; e uma, ensino superior incompleto.

Onze afirmaram que em suas casas a principal fonte de renda provém do marido. Duas declararam ser elas mesmas as principais provedoras. Quanto à renda familiar, quatro relataram que, junto à renda do parceiro, somam de 1 a 3 salários-mínimos ao mês. Outras cinco relataram que a família recebe de 3 a 6 salários-mínimos, enquanto outras quatro declararam renda familiar de 6 a 9 salários-mínimos. Quando indagadas sobre com quem dividem o espaço domiciliar, três disseram dividir a casa com mais quatro habitantes, nove dividem com mais quatro, e uma das entrevistadas com mais dois habitantes.

Possuem de 3 a 23 anos de serviço junto à educação, salientando que suas jornadas de trabalho variam entre quatro (3 participantes) e seis horas diárias (10 trabalhadoras).

Todas foram convidadas a participar da pesquisa, por contato telefônico e por convite via WhatsApp.

Respeitando as questões éticas, no primeiro contato foram apresentados à participante os objetivos da pesquisa, além de também ter sido alertado que a participação era de livre escolha. Indicou-se ainda para a necessidade, na ocasião da entrevista, da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tanto pela entrevistada como pelo pesquisador, sendo garantido o sigilo sobre sua identificação.

Por fim, cabe salientar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa vinculado à Universidade Metodista de São Paulo, segundo parecer número 4.480.179 de 21 de 12/2020.

2.2 COLETA DE DADOS

A entrevista semiestruturada foi a estratégia escolhida para a coleta de dados, tendo sido realizada em um único encontro, no consultório de um dos autores, situado na área central do município onde o estudo foi desenvolvido.

Para direcionar o diálogo, foi elaborado um roteiro de perguntas, sendo que as questões constantes neste instrumento foram elaboradas a partir de estudos sobre o tema realizados anteriormente.

Como questão inicial, perguntou-se: *Como você se viu tendo de retornar ao trabalho e demandando conjugar sua atuação profissional com sua vida pessoal e demandas familiares?*

Foram também coletadas informações sobre os aspectos sócio-demográficos, por meio de um questionário elaborado pelo primeiro autor.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas gravadas foram transcritas, sendo realizada também uma segunda escuta visando conferir a fidedignidade dos dados da transcrição. No decorrer das entrevistas foram também observados os comportamentos não verbais emitidos pelas entrevistadas, tais como silêncios e ruídos percebidos, choros e risos.

Os dados foram analisados a luz do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2021), visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do teor das respostas,

tentando compreender criticamente o sentido das mensagens, através de uma busca incessante por significações explícitas e ocultas (Bardin, 2021).

Todo o conteúdo e a saturação das falas foram analisados a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: categorização, inferência, descrição e interpretação dos resultados (Bardin, 2021). Buscou-se realizar uma síntese categórica, priorizando os aspectos mais importantes das mensagens, reduzindo os dados repetitivos e agrupando-os em categorias temáticas nomeadas como “categorização das informações”. Essas categorias temáticas foram criadas para sistematizar os resultados obtidos (Bardin, 2021). Os resultados obtidos a partir das entrevistas serão apresentados em diálogo com a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho em diálogo com os aportes dos estudos de gênero.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrar nos resultados propriamente ditos, cabe salientar que os conteúdos serão apresentados considerando a seguinte categorização: (1) principais formas de sofrimento vivenciados no retorno às atividades profissionais após a licença maternidade; (2) vivências de satisfação mediante o retorno ao trabalho remunerado, na qual se buscou compreender os aspectos e contextos que desencadearam sentimentos de gratificação em “equacionar” conflitos entre atividade profissional e a maternidade.

6

5 VIVÊNCIAS DE TRABALHADORAS PÓS EGRESSO DA LICENÇA MATERNIDADE

A quantidade de mães trabalhadoras que manifestaram especificamente sentimentos de prazer mediante o retorno às atividades profissionais foi muito inferior às que relataram, de forma associada, conteúdos tangíveis ao sofrimento. Um primeiro desdobramento da análise das entrevistas remete, portanto, à ambiguidade de sentimentos que envolve este retorno no pós licença-maternidade. Os relatos sugerem que a dinâmica de prazer e sofrimento presente na experiência laboral, observada por Dejours e por autores percussores da clínica do trabalho (Lhuillier, 2011), entrelaça demandas efetivas e afetivas com o(a) filho(a) recém-nascido(a) às representações sociais atribuídas à *maternidade* e à condição social de mulheres inseridas em atividades profissionais fora de casa.

Assim, para doze participantes da pesquisa, as vivências consideradas favoráveis à saúde fizeram-se acompanhadas de sentimentos de ansiedade, apreensão e perda, entre

outros, tanto no período inicial do retorno às atividades profissionais como nos meses subsequentes.

A análise do conteúdo das entrevistas indicou claramente relações entre as formas de sofrimento relatadas e dois aspectos sensíveis. Por um lado, para 13 entrevistadas a atividade profissional que desenvolvem é compreendida como fonte de sustento, mas também de valorização pessoal, o que sugere a construção de um sentido do trabalho por parte do seu sujeito. Por outro, a responsabilização com o cuidado da família e, em particular, dos(as) filhos(as), e as exigências de equacionarem atividades de reprodução social e inserção no mercado de trabalho apareceram como conflitantes e demandadoras de mobilização subjetiva específica.

Lopes *et al.* (2005), apoiadas em estudos sobre o tema, afirmam que “Em sua maioria, as mulheres/mães tendem a vivenciar sensações negativas ao compreenderem que demandaram separarem-se, ainda que de modo temporário/momentâneo de seus filhos”. Salientam que “a angústia que experimentam” é descrita “na maioria das vezes” por meio “de sentimentos como: preocupação, apreensão, medo, tristeza e ansiedade”.

No caso das entrevistas realizadas, ao refletirem sobre o modo como retornaram ao trabalho, as participantes trouxeram questões que coadunam com os achados de Lopes *et al.* (2005). Foram mencionadas vivências de sofrimento relacionado à separação dos filhos (as), associando-o a sentimento de insegurança originado não apenas por se verem distantes do bebê, mas por refletirem sobre *como este seria cuidado por outra pessoa*, já que ao longo de algumas horas diárias estariam desprovidas deste fazer.

A análise das entrevistas indicou também que esta experiência suscitou nas trabalhadoras/mães sentimentos conflitantes, levando-as a se verem em um lugar de divisão, já que ao mesmo tempo em que desejavam cuidar de modo contínuo do bebê buscando sustentar o vínculo, precisavam retornar ao posto de trabalho.

Para as entrevistadas, o retorno ao trabalho foi significado como um modo de *quebra no vínculo materno*, visto que o tempo dedicado à atividade profissional remunerada acabou por estabelecer distanciamentos, limitando o tempo de dedicação aos cuidados com o bebê.

Eu sabia que tinha que trabalhar, mas para isso teria que ficar longe dela e teria que deixá-la. Eu não sabia como a outra pessoa ia cuidar, então entrei em conflito, mas é uma questão de tempo para a gente lidar. O trabalho em si eu consigo realizar bem, sei separar que lugar de trabalho não é lugar de

mãe, mas o tempo distante dela para mim é um conflito maior, porque penso que estou ficando pouco com ela. (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-1)

Para ser sincera, desde que ganhei ele já veio a preocupação. Eu ficava pensando que teria que voltar, sei que foi um sofrimento por antecedência, mas o retorno foi muito preocupante. Porque eu pensava com quem iria deixá-lo, como ele iria ficar sem minha presença. A gente se sente como se o vínculo tivesse sendo quebrado, sei que são poucas horas de serviço, mas não deixa de ser muito tempo. Não é fácil. É como se houvesse uma quebra no vínculo mesmo. (Berçarista-2)

A preocupação com a amamentação também demonstrou-se como parte do sofrimento gerado por esse distanciamento. O depoimento das participantes revelou angústia frente à interrupção da amamentação. O reconhecimento de que a amamentação é uma prática recomendada e importante para a saúde do bebê foi também acompanhado de uma percepção de sua obrigatoriedade. Esta percepção, por sua vez, remete a uma relação individualizada mãe-bebê, o que tende a favorecer, quando não viabilizada, ao desenvolvimento de sentimento de culpa e responsabilização por parte da mulher quanto a eventuais intercorrências relacionadas à saúde e/ou bem-estar do filho(a), conforme demonstraram os depoimentos colhidos pela pesquisa.

Não ficava tanto com ela, mas ela começou a adoecer, porque não pegava a mamadeira. Então ela sofreu muito, mas eu também sofri, foi realmente um período muito difícil! Mesmo assim ela continuou ficando na creche, porque eu não tinha empregada, não havia um suporte para mim em casa, mas eu fui percebendo que não estava fazendo bem a ela, porque não era normal adoecer tanto assim. Eu fui ficando muito triste, porque queria ficar com ela, mas faltava tempo. Eu fiz tudo que pude para ficar mais com ela, na época eram ainda 4 meses de licença, então peguei mais um mês e pouco de férias, tirei os 15 dias de amamentação que davam para a gente, mas ao dar os 06 meses, não teve jeito, tive que voltar e ela ir para creche. Isso foi com ela (filha de 3 anos), mas foi com meu primeiro filho também. Não era fácil saber que teria que deixar na creche apesar de ter feito o que pude para ficarmos juntos, foi realmente bem triste! (Supervisora Pedagógica-1)

Mas fiquei amamentando, tinha hora para isso e dava certo, até que um dia me proibiram de dar mamá para ele. Aí meu mundo caiu me senti mal mesmo! Mas foi só na primeira semana, eu sentia muito mal porque ele me via e chorava, aí sentia como se não tivesse sendo uma boa mãe, nem mamá dava, mas depois a gente se acostumou. Hoje ele me vê, da tchau, mas só, não chora mais, a gente vai se adaptando, né? Na verdade, dou mamá ainda hoje, só que aqui não e

por causa disso sempre pensei e até hoje não sei o que é pior, se é trabalhar e deixar o filho em outro lugar, ou se é trazer junto e não poder cuidar. Por um lado, é bom porque se acontecer alguma coisa, posso ajudar, estou perto, mas por outro lado ser trabalhadora, berçarista e não poder cuidar dele é muito triste. (Berçarista-2)

Kalil e Aguiar (2023, p. 8), ao analisarem os discursos produzidos em torno da amamentação, destacam a associação recorrente entre aleitamento materno e “comportamento ‘natural’, comum”, concebido como “um imperativo biológico da fêmea mamífera para com a sua cria”, secundarizando e, não raramente, ignorando o “caráter subjetivo e cultural” e as representações sociais envolvidas nessa relação.

Essa construção discursiva, que confronta-se com as dificuldades de diferentes ordens enfrentadas pelas mulheres, é reforçada pelo discurso científico, expresso em campanhas oficiais que, ao apontarem os benefícios do leite materno “para o desenvolvimento físico e psíquico da criança e para a saúde da mulher”, tendem a apresentar a amamentação como “iniciativa individual” da mãe. Vista dessa perspectiva, o êxito da amamentação passa a depender “quase que exclusivamente da decisão materna”. Campanhas mais recentes, conforme as autoras, passaram “a destacar a importância do envolvimento da sociedade”, ampliando assim a noção de responsabilidade (Kalil; Aguiar, 2023, p. 9). A noção de “envolvimento da sociedade”, entretanto, demonstra-se bastante frágil quando observada em termos de direitos específicos e efetivos a serem garantidos às mulheres trabalhadoras. Submetidas a remuneração média 20,7% inferior à recebida pelos homens (Brasil, 2024), elas também enfrentam, entre outros desafios, dificuldades de acesso às vagas em creches públicas e nos locais de trabalho.

O sofrimento, no caso das participantes deste estudo, se manifestou também em relatos que remetem a preocupações com a forma de atuação dos(as) profissionais que passariam, durante o período de trabalho remunerado, a cuidar dos bebês. Sobre esse aspecto específico, cabe esclarecer que as participantes da pesquisa atuam em Centros de Educação Infantil (CEI). O sentimento de insegurança em delegar o cuidado dos(as) filhos(as) à terceiros, portanto, parte de percepções que dialogam com experiências vivenciadas no ambiente de trabalho. No entanto, reduzir o processo de constituição dessas percepções às experiências vivenciadas no trabalho equivale a simplifica-las, abstendo-se de observá-las à luz das contradições geradas pelo lugar reservado às mulheres na esfera da reprodução social e as representações sobre a maternidade e o *amor materno* e sua intrínseca relação com o *bom cuidado* com os(as) filhos(as).

A ideia perder o controle sobre o que está acontecendo, de deixar os filhos(as) com pessoas que não oferecerão o afeto materno, a legitimação do ambiente doméstico como espaço por excelência de segurança, que perpassam os depoimentos a seguir, sugerem a complexidade dos caminhos trilhados para a construção dessas percepções.

Bom aumentou a preocupação também, porque agora distante dela perco meio que o controle, não sei o que está acontecendo com ela, assim a gente que trabalha com educação sabe como as coisas são, a gente se preocupa muito mais porque tem bons profissionais que ajudam, mas tem quem não é assim! Então a gente fica dividida, às vezes estou no serviço e a cabeça está nela, mas eu tenho que lidar, porque não têm outro jeito. Então é um processo, dia a dia. (Auxiliar de Serviços Gerais)

Olha a gente como é profissional de educação se cobra muito, então passa a cobrar muito dos outros também. E além de estímulo lá também falta é cuidado, falta afeto. Olha só, o primeiro dia que levei meu menino para a escola, cheguei chorando, não sei quem chorava mais, se ele, ou se eu. Quando a gente chegou lá, a professora estava no refeitório, aliás, muitas vezes a criança é recebida lá, ela ao invés de me acolher, de me acalmar, falou que poderia deixar ele sobre a mesa mesmo, que já, ele iria acordar. Nossa infelizmente eu não poderia, mas meu desejo era levar ele embora, como assim deixar em cima da mesa? Saí chorando de lá! (Supervisora Pedagógica-1)

Sofri muito para voltar ao trabalho, muito e sofro ainda hoje. Porque pensava que não seria bem cuidado como é lá em casa e não é só isso, o fato de trabalhar na educação, trabalhar aqui na creche faz a gente ter acesso a alguns casos que não são experiências boas e dá muito medo de acontecer com o filho da gente! Então trabalhar aqui na educação aumenta a preocupação da gente. Claro que tento lidar com isso, tento porque na verdade sofro até hoje como falei”. (Auxiliar de Educação Inclusiva-2)

A creche ou outras formas de delegação de cuidados, portanto, tendem muitas vezes a se configurar como a saída possível frente à não possibilidade de escolha, prevalecendo a ideia de ser o espaço privado, da família, e com a centralidade da atuação da mãe, o lugar por excelência do bom cuidado das crianças durante os anos iniciais da primeira infância.

O conflito gerado pelo retorno às atividades profissionais é também apresentado como uma imposição relacionada às necessidades econômico-existenciais, o que também encontra-se relatado por outros estudos (Machado *et al.*, 2020; Silva; Novais, 2023).

As participantes desta pesquisa demonstram, em algumas situações, sentirem-se impotentes mediante a confrontação entre exercício das atividades profissionais e atribuições de mães. Neste caso, o sofrimento traduziu-se simbolicamente nas trabalhadoras em sentimentos de desânimo, que podem vir a se presentificar como falta de desejo em realizar as atividades profissionais. Assim, o confronto entre as demandas do trabalho remunerado, as limitações impostas ao convívio com os(as) filhos(as) e o que se idealizou como desempenho da maternidade, demonstrou potencial de desestabilizar a saúde mental das entrevistadas.

Além disso, as pressões exercidas por uma dada forma de organização e gestão do trabalho (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994), que em geral ignora as especificidades de inserção de mães trabalhadoras no mercado de trabalho, tendem a impulsionar formas de adoecimento. No caso deste estudo, para uma trabalhadora o retorno às atividades profissionais configurou-se em adoecimento. Conforme seu relato, a pressão experimentada esteve na base de um diagnóstico de depressão pós-parto emitido no contexto do nascimento de sua primeira filha.

Quando tive minha primeira filha foi muito difícil, porque eu tive depressão e desde que você falou que viria me entrevistar eu comecei a analisar e cheguei à conclusão que foi sim o retorno ao trabalho que me adoeceu. Os médicos me deram diagnóstico de depressão pós-parto, mas isso começou a acontecer quando voltei ao serviço, tive muito medo, não sabia como deixar ela, como ela iria ficar, foi realmente para mim muito difícil! Mas do segundo já foi bem tranquilo, desde que tive ele, comecei a me preparar, não quis passar de novo por tudo que passei. Sabe amamentação, horário para eu mesma trocar ele, fui ponderando, porque já sabia que não daria para continuar assim, então fui me preparando, aí foi bem mais tranquilo, me senti bem, foi realmente bem mais prazeroso que da primeira. (Professora-1)

Se por um lado os relatos fizeram sobressair o peso das representações sociais da maternidade e suas incidências deletérias no retorno à atividade profissional, por outro, também evidenciaram experiências positivas associadas a um sentido de valorização pessoal e social que a atividade profissional é capaz de oferecer.

Conforme os depoimentos, essas mulheres, mães trabalhadoras, também buscaram formas de elaborar seus dilemas, ou seja, de construir estratégias práticas e psíquicas para lidar com o que as fez sofrer (Dejours, 2012a). A frase “*mas é uma questão de tempo para a gente lidar*”, verbalizada por uma das entrevistadas em referência ao conflito vivenciado no retorno à atividade laboral, é indicativa de um processo de elaboração psíquica em busca de saídas possíveis.

Como um todo, as entrevistas indicaram que as trabalhadoras lançaram mão de uma inteligência particular, cada uma ao seu modo, ou seja, algo encontrado por elas mesmas, não necessariamente prescrito por terceiros como familiares, amigos ou gestores, ainda que fruto dos processos de interação social.

Trata-se, nos casos relatados, da construção de respostas para um problema cujas repercussões subjetivas só poderiam ser avaliadas por elas próprias, a partir dos conflitos que estavam vivenciando. Sendo assim, as soluções capazes de trazer alívio ou conforto momentaneamente eram, inicialmente, não conhecidas. Entretanto, conforme pôde-se observar a partir dos relatos, estratégias capazes de auxiliá-las a inventar caminhos para suportar tal sofrimento tornaram-se fundamentais para que fossem estabelecidas as formas de continuidade da atividade profissional (Andrade; Pereira; Baccelli, 2024).

Quando voltei a trabalhar foi muito doído, porque eu trabalhava o dia todo, não tinha tempo para ficar com ele. Eu cheguei até pensar em desistir! Mas isso foi mais no início, no primeiro mês que foi pior, depois passou, aí passei a curtir o emprego mais uma vez (risos). (Professora-2)

Foi muito difícil e não foi difícil só desta vez não. No primeiro filho, eu não trabalhava aqui, não dei conta, eu pedi demissão. Pedi porque achava que ninguém ia cuidar dele da forma como eu cuidaria, cumpri o mês de aviso lá e saí para cuidar dele. Só que a mesma empresa que eu prestava serviço dois meses depois me chamou para voltar, eles quiseram que eu ficasse meio período, aí voltei, porque enquanto trabalhava lá, meu filho ficava na creche. Com o tempo, isso na medida em que ele crescia, eu fui ficando mais relaxada, fui aceitando melhor aí voltei a trabalhar o dia todo. (Merendeira-2)

Trabalhar pode ser definido como um processo contínuo de busca por soluções para as tensões vivenciadas (Dejours, 2012a, p. 40). Cabe lembrar que aquilo que caracteriza o trabalho como vivo, conforme aludi Dejours (2012a), é sua resistência ao fracasso. Essa resistência se expressa, entre outros recursos, na capacidade dos sujeitos demonstrarem obstinação no confronto com o real. No caso das participantes da pesquisa, esse confronto também inscreve-se no terreno do equacionamento dos diferentes aspectos, objetivos e subjetivos, que perpassam dimensões aparentemente separadas do trabalho das mulheres: o de reprodução social, não remunerado, desenvolvido especialmente no ambiente doméstico, fortemente associado à um sentido particular de maternidade já mencionado anteriormente, e as demandas, objetivas e

subjetivas, da incorporação ao mercado de trabalho, com seus espaços inserção também demarcados pela divisão social e sexual do trabalho (Bhattacharya, 2023; Hirata, 2015).

Assim, o sofrimento gerado pelo esforço em equacionar as demandas de “dois mundos” que se apresentam aos olhos como separados, o da família e o da inserção profissional, também revelam uma dinâmica de resistência às formas particulares como a exploração e opressão incide sobre as mulheres.

Esse processo de equacionamento dos conflitos também precisa ser lido, portanto, à luz da inserção dessas trabalhadoras no serviço público municipal. Esse vínculo a uma categoria com maior acesso a estabilidade e a direitos coletivamente obtidos, possibilitou algumas condições favoráveis, a exemplo da possibilidade, mediante acordo com a coordenação dos Centros de Educação Infantil (CEI) onde encontram-se lotadas, de levarem os bebês para o trabalho após o fim da licença maternidade, mesmo não podendo exercer suas atividades laborais nas mesmas salas que seus(as) filhos(as).

Essa situação, favorável e ao mesmo tempo, pelas razões já relatadas, conflituosa, também exigiu estratégias de adaptação por parte das entrevistadas. Mais uma vez, o pertencimento a uma categoria profissional com acesso a alguns direitos, a exemplo da possibilidade de redução da jornada de trabalho, e a inserção no setor da educação fez diferença.

13

Cuidei exclusivamente dele até os seis meses, mas depois tive que voltar. No primeiro dia cheguei aqui chorando, quando vi as crianças, os bebês de que cuido, chorei mais ainda, porque o que sentia era uma falta muito grande, sofri muito. Depois eu consegui vaga aqui para ele, porque eu tava amamentando, na verdade amamento ainda hoje. Foi um pouco mais tranquilo, mas não tanto, porque quando a gente chegava aqui à gente se separava, tinha que se separar, porque aqui não sou mãe, sou berçarista. Então ia eu para minha sala cuidar dos bebês e ele para a sala dele porque eu como mãe não posso cuidar. (Berçarista-2)

Claro que às vezes estou aqui e escuto o choro do meu menino, fico preocupada, porque sei reconhecer o choro dele no meio dos outros, mas separo bem, não vou lá ver o que está acontecendo. Não é fácil, com certeza é um pouco sofrido, mas a gente vai levando. (Auxiliar de Educação Inclusiva-1)

No caso do meu segundo filho, como eu já trabalhava aqui, foi mais fácil, porque era menos horas, apesar da amamentação, porque eu sempre quis amamentar mais tempo. Foi mais flexível, porque consegui redução de carga horária, de seis passei para quatro horas dia, o que me fez conseguir amamentar mais também, então foi bem melhor. (Merendeira-2)

O dolorido era escutar o choro dela, porque eu estava ali por perto e ela no berçário chorando, natural porque os bebês choram, mas eu não podia fazer nada, porque ali não era mãe e sim supervisora. Neste sentido foi sofrido, porque mesmo doendo não podia ir acalmar minhas filhas! (Supervisora Pedagógica-2)

Desta forma, as participantes, cada uma a sua maneira, encontraram um modo de resistir ao fracasso, dando conta de compreenderem que tal sofrimento que *a priori* vivenciavam também possibilitava a abertura de caminhos para a construção processual de saídas, ou seja, lidando com a realidade em seu cotidiano (Macedo, 2020). Assim, como descreve Dejours (2012b), entre a experiência do real e o encontro da solução, há este espaço intermediário de sofrimento, de tolerância ao sofrimento, de resistência ao sofrimento, de corpo a corpo com a resistência, sem os quais não surgirá nenhuma intuição da solução (Dejours, 2012b, p. 18-19). Em outras palavras, pode-se dizer que, no caso das trabalhadoras/mães participantes, o sofrer vivenciado foi também, em parte, mitigado pela possibilidade de retomada da atividade profissional.

Ao modo de cada uma, verifica-se que as entrevistadas buscaram caminhos de resistência e estratégias para voltar a significar a relação com a atividade profissional e com os(as) filhos(as). É possível pensar que o real do trabalho as levou a se confrontar com as situações geradoras de angústia. Uma vez refletidas e trabalhadas, tais angústias parecem não preexistir ao trabalho, já que representaram “propriedade emergente” (Dejours, 2012a, p. 37). Foram ocasionadas mediante o dilema entre retornar ao trabalho e o desejo de cuidar do filho, no entanto, tal sentimento pôde vir a ser mitigado a partir do momento em que reencontraram sentidos na atividade profissional que já desenvolviam (Andrade; Praun; Avoglia, 2020).

Nossa, depois de tantos anos de prática, hoje não viveria sem meu trabalho! Eu acredito que é algo que me preenche, por isso que busco conciliar da melhor forma possível o ser mãe e o ser profissional porque é algo que me dá muito prazer. (Supervisora Pedagógica-1)

O acesso a direitos, por sua vez, também exerceu papel importante, na medida em que abriu caminhos para soluções que não implicaram no desligamento da atividade profissional. Este é o caso de três trabalhadoras, que relataram sobre as possibilidades de redução e/ou flexibilização da carga horária, o que de um modo singular gerou sentimento de gratificação.

Como eu já trabalhava na prefeitura, esta última volta foi muito tranquila, por causa do horário, aqui a gente não trabalha o dia todo, meu filho foi comigo para creche, então foi muito favorável, para mim de boa. Eu falo que trabalhar aqui é bem mais fácil até para conciliar a maternidade com o nosso trabalho, porque quando eu tive meu primeiro, eu trabalhava em empresa privada e não foi fácil, mas do segundo e do terceiro realmente foi bem tranquilo. Assim, toda mãe fala da angústia de voltar e deixar o filho, eu mesma não tive isso, porque estava perto dele, então não me angustiei, por isso que falo que aqui é bem tranquilo. (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-2)

Então esta redução de carga horária ajuda muito, eu reduzi porque estou com filho pequeno. Reduzi este tempo para conciliar melhor o trabalho com o cuidado com os meus dois filhos. Esta redução me ajuda muito! Porque posso chegar, dar almoço para minha filha, levar à escola, fazendo tudo com tempo. Tendo esta redução saio mais cedo, aí tenho tempo para fazer isso com calma. (Berçarista-1)

Hoje em dia o meu horário me favorece, trabalhando 6 horas faz eu adequar muito bem minha vida, um lugar não interfere no outro, hoje almoço com minhas filhas e isso para mim é muito importante! Isso para mim é qualidade de vida. (Supervisora Pedagógica-2)

Onze participantes vislumbaram a redução da carga horária como um modo de mitigar os conflitos entre as demandas de cuidado com os(as) filhos(as) e a atividade profissional. A proximidade com os(as) filhos(as) é também relatada como positiva, favorecedora da saúde dessas trabalhadoras. Duas das entrevistadas, partindo de outra perspectiva, ressaltaram o momento do trabalho remunerado como possibilidade de descanso das atribuições de cuidado dos(as) filhos(as).

Mas eu acho que é bom assim também, porque uma coisa é eu olhar meu filho, outra é eu trabalhar aqui e cuidar das crianças dos outros. É diferente, porque parece que dou uma descansada, porque para mim cuidar do meu filho é diferente. Então para mim vir trabalhar dá um certo descanso do meu filho, não que ele seja ruim, mas é que é muito cansativo, muito cansativo. (Professora-2)

...é muito bom de um modo geral voltar a trabalhar. Ocupa meu tempo com coisas diferentes, me tira de casa, faz conhecer outras pessoas e não só cuidar de filhos, né? Me faz crescer e contribuir, então foi bom voltar a trabalhar apesar de não ter sido fácil. (Berçarista-2)

Para além do cansaço, observou-se também a importância atribuída às formas de socialização externas ao ambiente doméstico. O contato com “coisas diferentes”, a “possibilidade de conhecer outras pessoas”, que aparece em um dos depoimentos anteriormente transcritos, também se faz presente, com argumentos distintos, em outros relatos.

Por causa da distância fica mais difícil, mas eu gosto da unidade onde trabalho. Já cheguei a pedir transferência para outra, mas não quero mudar, porque já me acostumei lá, gosto das crianças, gosto das colegas e também é um jeito de deixar meus filhos perto de mim. Então mesmo sendo longe, enfrento a dificuldade e fico lá porque gosto. (Merendeira-1)

Sou feliz com o trabalho que faço. Como falei lá tem muitas pessoas especiais e o fato de eu poder ajudar eles, para mim é muito importante, muito prazeroso. Eu falo que meu serviço não muda muito, porque independente de ser nesta unidade de ensino, ou na outra escola, limpeza é limpeza e a gente precisa fazer da melhor forma possível, mas saber que estou fazendo a diferença ajudando eles que realmente precisam é bom demais! (Auxiliar de Serviços Gerais)

Tal como pode-se observar, os vínculos construídos nas relações de trabalho e com as crianças que frequentam as unidades escolares são apresentados como geradores de sentimento de satisfação, demonstrando também ser viabilizadores de atribuição de sentido à inserção e à atividade laboral. Esses achados da pesquisa convergem com o que salienta Dejours (2012b) sobre o potencial que carrega o trabalho vivo de transformar tanto o sujeito trabalhador quanto os que no entorno se encontram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

16

De modo geral, a análise das entrevistas evidenciou parte dos múltiplos aspectos e especificidades que envolvem trabalho das mulheres. Em razão das entrevistadas terem como característica comum o pertencimento ao setor da educação pública municipal e o recente regresso de licenças-maternidade, pôde-se observar de forma mais atenta os conflitos e contradições que envolvem e articulam trabalho de reprodução social e atividade laboral remunerada.

A análise dos relatos das trabalhadoras também indica relação entre as formas de sofrimento vivenciadas, inserção social e opressões de gênero, essas últimas evidenciadas nos conflitos gerados entre as representações prevalentes da maternidade, das funções atribuídas à mulher frente à família e ao cuidado com os(as) filhos(as), e a realidade de terem e/ou almejem retornar às atividades profissionais.

Cabe resgatar que, na maioria dos casos, os relatos de satisfação em relação ao retorno às atividades remuneradas fizeram-se acompanhado de conteúdos tangíveis ao sofrimento. Ainda assim, foram identificadas diferentes estratégias adotadas pelas trabalhadoras na busca por superar a tensão vivenciada. O acesso a direitos do trabalho demonstrou-se, nesse sentido,

um recurso importante para essas mulheres, que possibilitou tanto a redução da carga horária como a obtenção de vaga para o(a) filho(a) na unidade escolar em que trabalhavam.

A busca por caminhos de superação das barreiras encontradas proporcionou que cada uma, ao seu modo, construísse estratégias para lidar com as situações de sofrimento, elaborando-as, e abrindo caminho para que pudessem ressignificar a relação com os(as) filhos(as) e com a atividade profissional remunerada.

Por fim, considera-se que diante de tais achados, a contribuição desta pesquisa abarca tanto as reflexões acerca dos conflitos e contradições vivenciadas por mulheres egressas de licença maternidade, quanto questões relacionadas a como conquistas coletivas, a exemplo das inscritas nos direitos dos trabalhadores(as), podem repercutir na saúde de segmentos específicos como o estudado por essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. J.; PEREIRA, A. F.; BACCELLI, M. S. Estratégias defensivas utilizadas frente à conciliação maternidade e trabalho: (Re)pensando o caso das profissionais de educação. *Organizações em Contexto*, v. 20, n. 40, p. 301-321. Disponível em: <<https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v20n40p301-321>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ANDRADE, C. J.; PRAUN, L. D.; AVOGLIA, H. R. C. O sentido do trabalho para mulheres após a licença maternidade: um estudo com profissionais de educação. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 39, n. 2, p. 147-158, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n2p147>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ANDRADE, C. J.; PRAUN, L.; AVOGLIA, H. R. C. O trabalho para mulheres egressas da licença maternidade: (Re)pensando as transformações em estar trabalhadoras no contexto de educação. *Semina: Ciências Humanas e Sociais*, v. 41, n. 2, p. 249-264, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1679-0383.2020v41n2p249>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2021.

BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 2º Relatório Transparência e Igualdade Salarial. Apresentação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/mulheres-ganham-20-7-menos-que-homens-em-empresas-com-mais-de-100-funcionarios-aponta-2deg-relatorio-de-transparencia-salarial/Apresentacao.MTE.17092024final.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo Quinze, 2012a. v. 1.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo Quinze, 2012b. v. 2.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. Disponível em: <https://doi.org/0.22409/1984-0292/v30i2/5541>. Acesso em: 15 mar. 2025.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise*, n. 7, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025.

KALIL, I. R.; AGUIAR, A. C. A boa mãe lactante: percepções maternas sobre amamentação e desmame. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, n. 33, p. e33090, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333090>. Acesso em: 5 abr. 2025.

LAGO, M. C. F. Entre o ideal e o real: o contraste vivenciado por mulheres cientistas na conciliação maternidade e trabalho. Orientadora: Miria Benincasa. 2023. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.metodista.br/handle/123456789/96>. Acesso em: 1 maio 2025.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-58

LOPES, R. C. S.; ALFAYA, C.; MACHADO, C. V.; PICCININI, C. A. "No início eu saía com o coração partido...": As primeiras situações de separação mãe-bebê. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, v. 15, n. 3, p. 26-35, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v15n3/04.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MACHADO, A. C.; SILVA, C. C.; MELO, S. L. M.; SILVA, A. M. B. Transformações da identidade feminina ao tornar-se mãe. *Psicologia Argumento*, v. 38, n. 99, p. 66-87, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.99.AO04>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MIRANDA, C. R. A (Des)romantização da maternidade: considerações argumentativas em torno da construção do feminino. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 23, p. 2, p. 100-123, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/3028>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SANTIAGO, E. Carreira acadêmica de mulheres e dinâmicas de gênero: reflexões para a constituição de políticas públicas de apoio à maternidade no meio científico. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 1, p. 69-80, 2022. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-5296-4341>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, E. A. L.; NOVAIS, L. Maternidade e educação: refletindo sobre o apoio na instituição de ensino. *Revista Alembra*, v. 4, n. 9, p. 3-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47270/RA.2596-2671.2022.v4.n09.id1617>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, F. F.; SOUZA, N. B. Romantização da maternidade e a saúde psíquica da mãe. *Revista Científica Online*, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/ROMANTIZACAO_DA_Maternidade_e_a_saude_psiquica_da_mae.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

TURATO, E. R. Tratamento da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e o feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, v. 3, n. 6, p. 167-181, 2014. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/issue/view/42>. Acesso em: 30 mar. 2025.

WEISS, T. V.; BAGGIO, L. A construção do vínculo mãe-bebê para o desenvolvimento infantil na primeira infância. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 9, p. 1, p. 24-44, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V9N1A2>. Acesso em: 30 mar. 2025.

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.